

# MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS: RISCOS E ALTERNATIVAS



Alberto Matenhauer Urbinatti (betomatur@hotmail.com)  
Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Leila da Costa Ferreira (leilacf@unicamp.br)

Universidade Estadual de Campinas - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS (NEPAM)  
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



Palavras-chave: mudanças climáticas – risco – cidades – governos

## Introdução

Tendo em vista os inúmeros riscos que estão relacionados às mudanças climáticas – e entre eles, a elevação do nível dos oceanos –, nota-se certa vulnerabilidade dos municípios litorâneos que, por conseguinte, devem estar atentos à formulação de políticas públicas que englobem essa questão. Assim, do ponto de vista empírico, o estudo foca-se no litoral do Estado de São Paulo. Os objetivos do projeto estão relacionados a um mapeamento dos desafios colocados pelo aquecimento global e as respostas que a sociedade tem construído em relação ao problema; dessa forma, o estudo baseia-se na avaliação dos riscos e fragilidades das alternativas de mitigação propostas pelas políticas públicas em nível local – adotadas pelos municípios litorâneos do Estado de São Paulo. Esta análise está inserida no componente de Políticas Públicas do projeto interdisciplinar “Crescimento urbano, vulnerabilidade e adaptação: dimensões sociais e ecológicas das mudanças climáticas no litoral de São Paulo” (Processo Fapesp 08/581597).

Tabela 1 – Estruturas Politico-Institucionais dos Municípios Litorâneos do Estado de São Paulo

Área de atuação*	Relação de municípios	Quantidade de municípios
<b>Desenvolvimento Econômico:</b> Secretarias; Coordenadorias (Agricultura; Pesca; Indústria; Comércio; Ciência; Tecnologia)	Cananésia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Ilha Comprida, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, São Sebastião, São Vicente, Ubatuba, Bertioga, Cananésia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Ilhabela, Ilha Comprida, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, Santos, São Vicente, Ubatuba.	12
<b>Desenvolvimento Social:</b> Secretarias; Coordenadorias (Ação social; Promoção Social; Assistência Social; Cidadania)	Bertioga, Cananésia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Ilhabela, Ilha Comprida, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, Santos, São Vicente, Ubatuba.	14
<b>Desenvolvimento Urbano:</b> Secretarias; Coordenadorias (Habitação; Obras Públicas; Serviços Públicos; Infraestrutura)	Bertioga, Cananésia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilhabela, Ilha Comprida, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, Ubatuba.	16
<b>Ambiente:</b> Secretarias; Coordenadorias	Bertioga, Cananésia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilha Bela, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, Ubatuba.	15
<b>Planejamento (Gestão):</b> Secretarias; Coordenadorias	Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Ilha Comprida, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Santos, São Vicente, Ubatuba, Bertioga, Cananésia, Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilha Bela, Ilha Comprida, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, Ubatuba.	10
<b>Saúde:</b> Secretarias; Coordenadorias	Caraguatatuba, Cubatão, Guarujá, Iguape, Ilha Bela, Ilha Comprida, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, Santos, São Sebastião, Ubatuba.	16
<b>Segurança:</b> Secretarias; Coordenadorias; Diretorias (Segurança Pública; Segurança Urbana; Defesa Social; Defesa Civil)	Caraguatatuba, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Santos, São Sebastião, São Vicente, Ubatuba.	9
<b>Transporte:</b> Secretarias; Coordenadorias	Caraguatatuba, Iguape, Itanhaém, Mongaguá, São Vicente.	5

\* Algumas secretarias, coordenadorias ou diretorias atuam em torno de um tema específico (por esse motivo Planejamento; Meio Ambiente; etc.), enquanto outras englobam mais de um tema (Planejamento e Meio Ambiente, por exemplo).

Tabela 2 – Iniciativas encontradas especificamente em torno da questão das mudanças climáticas.

Município	Iniciativa	Proposta
Santos	Lei nº 2473, de 23 de julho de 2007.	- Implantação de política de combate aos efeitos do aquecimento global.
	Lei nº 2563, de 24 de julho de 2008.	- Implantação de política de estudo e combate aos efeitos do aquecimento global.
	Requerimento nº 07 de 2008.	- Requerimento para a formação da Comissão Especial de Vereadores para tratar das medidas capazes de amenizar e prevenir as causas e consequências do aquecimento global, especialmente os efeitos em relação às modificações do relevo da Costa Litorânea e das ameaças às praias.
	Requerimento nº 4029 de 2009.	- Inserção nos anais da Câmara o “Manual de Educação – Novas ideias para enfrentar o aquecimento global e outros desafios da atualidade”.
Ubatuba	Lei nº 2996, de 23 de outubro de 2007.	- Institui o Fórum de Políticas Públicas Sustentáveis e Agenda 21 do Município de Ubatuba, define suas atribuições, organização e composição, e dá outras providências.

## Metodologia

Foi feita uma análise de dados através dos sites das prefeituras e câmaras dos municípios litorâneos do Estado de São Paulo; também foram utilizadas publicações da imprensa, pesquisa de campo visitando locais de interesse (como empreendimentos gerenciados pela Petrobras e alguns núcleos do Parque Estadual da Serra do Mar), além de entrevistas com alguns agentes governamentais locais, responsáveis por empreendimentos em construção na região, dentre outros. A “teoria do risco” de Ulrich Beck (1992), partilhada também por Giddens (1991), entre outros autores, foi utilizada como aporte teórico desse estudo. Essa teoria agrega elementos fundamentais para a compreensão da crise ambiental na modernidade avançada, na medida em que identificam os novos riscos e suas múltiplas implicações sociais em contraste com os limites epistemológicos, institucionais, políticos e jurídicos da ordem social instituída.

## Resultados

Nesse primeiro mapeamento pôde-se perceber que os municípios litorâneos apresentam estruturas político-institucionais que, se mobilizadas, poderão enfrentar as mudanças climáticas. Em relação à legislatura encontrada especificamente em torno do tema, percebeu-se uma grande escassez de propostas. Não obstante, tendo em vista o reconhecimento de que a existência dessas estruturas não garante as condições necessárias para o enfrentamento adequado das mudanças climáticas, nota-se que este foi um primeiro passo para a compreensão da capacidade e dos instrumentos que esses municípios poderão apresentar para formularem suas estratégias.

## Conclusões

Por se tratar de uma região litorânea com grande susceptibilidade, devido à complexa biodiversidade presente, entre outros fatores, o tema ainda aparece de maneira tímida diante dos inúmeros problemas ambientais enfrentados nos últimos anos – o que pode ser confirmado pela cobertura que a imprensa deu a esses acontecimentos catastróficos. Isso se deve ao fato de que o debate sobre as mudanças climáticas e seus possíveis efeitos ainda é muito recente no Brasil e muitas questões devem ser desenvolvidas para que ele aconteça efetivamente e em diferentes níveis. A hipótese inicial foi confirmada, no sentido de que as estruturas político-administrativas pesquisadas e as alternativas que vêm sendo propostas até o momento pelos governos litorâneos, ainda são insuficientes frente à complexidade do problema. Dessa maneira, pretende-se dar continuidade a esse estudo.

## Referências

- BECK, U. *Risk Society*. Beverly Hills: Sage, 1992.
- FERREIRA, L. C. *Idéias para uma Sociologia da Questão Ambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Annablume, 2006.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- HOGAN, D.J.; MARANDOLA JR, E. (Orgs.). *População e mudança climática: Dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2009.